

## O vício em concreto tem cura?



Por **ANSELM JAPPE\***

*O concreto não é “neutro” no plano ecológico e sanitário*

O eco encontrado pelo meu livro *Concreto: arma de construção massiva do capitalismo* (L'Échappée, 2020) acabou por surpreender a mim mesmo. Naturalmente que desde a minha juventude tenho ouvido queixas sobre as “tristes cidades de concreto”, sobre esse concreto sempre associado ao “cinza”. Mas, em comparação com a energia nuclear e o petróleo, com o plástico e os pesticidas, o concreto mantinha um ar quase “inocente”. Ele seria, dizia-se, mais mal utilizado do que, na sua natureza íntima, culpável.

Pouco a pouco, até mesmo os mais “progressistas” precisaram admitir que não se pode ter um uso “comunista” da energia nuclear, nem “revolução verde” em países pobres à força de pesticidas sem matar, com os parasitas, o restante dos seres vivos. O concreto, em contrapartida, continuou por muito tempo a ser considerado um material do qual importava essencialmente fazer um emprego moderado e apropriado (e pintá-lo com cores). Atribuir apenas ao concreto – enquanto material – o “caráter não hospitaleiro de nossas cidades” (Alexander Mitscherlich), sobretudo de nossas periferias, teria parecido tão incoerente quanto explicar a guerra pela existência do ferro.

No entanto, muitas objeções contra o concreto foram acumuladas ao longo das últimas décadas e parecem prestes, agora, a vir à luz do dia. Algumas estão baseadas em evidência científica e são inegáveis: o concreto não é “neutro” no plano ecológico e sanitário. Sua produção consome muita energia e emite grandes quantidades de CO<sub>2</sub>. A extração de calcário causa danos às montanhas. A necessidade de massas gigantescas de areia desencadeia a devastação dos rios, praias e lagos em vários lugares do mundo, com sua sucessão de consequências para o meio ambiente e a vida dos habitantes.

A poeira do concreto pode causar doenças respiratórias, e os pisos de concreto problemas de postura. Os rejeitos são, em teoria, recicláveis, mas, em razão do custo elevado desta operação, eles são frequentemente abandonados em qualquer lugar. Nas cidades de concreto se formam ilhas de calor que, combinadas à poluição do ar, deterioram a saúde dos habitantes e impõem o uso de outra fonte de poluição: a climatização. A concretagem dos solos, que progride por todos os lados em um ritmo impressionante, sufoca os terrenos e ocasiona severos aluviões, até mesmo catastróficos quando de chuvas fortes.

Estes são inconvenientes “técnicos”, aos quais se propõe geralmente, de maneira muito paradoxal, remediar com outras soluções tecnológicas ou por meio de restrições legais reforçadas. Um pouco mais de impostos sobre o carvão, algumas ajudas do Estado para tornar a reciclagem mais apropriada... O essencial está aí?

No meu livro coloco em debate outro nível da questão, que se presta mais, sem dúvida, à discussão. O concreto, se ele é “armado”, combinado com o aço, tem uma vida útil de aproximadamente cinquenta anos; para além dessa duração, é preciso uma manutenção permanente e custosa que pode também fazer falta – como no caso da ponte Morandi em Gênova.

Entretanto, essa vida curta pode ainda ser tida como uma vantagem, tal como toda forma de obsolescência programada: ela permite renovar em permanência o que foi construído, fazendo assim girar a economia, o que cria empregos, rendimentos e crescimento – e evita o tédio de ter de conviver com edificações de cinquenta anos, tão ultrapassadas quanto o celular do ano passado. A “destruição criativa” incessante é a alma do capitalismo, nós sabemos desde Joseph Schumpeter. Porém, ela nem sempre é boa para a ecologia, nem para as finanças públicas – mas, na medida em que permite salvar o deus fetiche do crescimento ano após ano, essa forma de religião econômica continua a ter seus teólogos e

seus praticantes.

A questão, entretanto, é mais vasta. Pode-se reprovar no concreto o que, segundo outros, constitui, ao contrário, seu maior mérito: ter tornado possível a arquitetura do século XX. Nem as mais importantes barragens, pontes, rodovias, centrais nucleares e arranha-céus, nem as favelas do mundo inteiro, nem as “obras primas” dos arquitetos mais célebres, nem os pavilhões e “torres” periféricas existiriam sem o concreto. A direita e a esquerda, os comunistas, os fascistas e os democratas recorreram a ele. O concreto encontra-se no coração de um *core business* do capitalismo mundial – a construção civil – e é em geral celebrado pelas forças anticapitalistas como um material “popular” ou “proletário”.

Quem levou a pior com essa unanimidade, essa frente progressista que, no que concerne ao concreto, durou muito mais tempo do que, por exemplo, no caso da energia nuclear e dos pesticidas? Há vítimas no sentido estrito, soterradas sobre os escombros dos imóveis, pontes e barragens que desabaram e que não poderiam ter sido construídos nas mesmas dimensões e nas mesmas quantidades sem concreto.

Há, em seguida, todos os seres humanos que foram confinados em habitações desprovidas de sentido, dispendo talvez assim de um “teto” no sentido físico, mas não de um local que os ligue ao mundo, um ponto de fixação. A modernidade orgulha-se muito de ter desenvolvido o individualismo e superado as antigas identidades coletivas e rígidas. Mas qual sentido de identidade individual e do seu lugar no mundo pode desenvolver uma criança que cresce em um edifício C, segunda escada, décimo quarto andar, sétima porta à esquerda?

A concretagem mundial também atingiu, ao que parece de modo fatal, as arquiteturas tradicionais: as variações infinitas da arte de construir inventadas ao longo de milênios. Adaptadas ao contexto local, utilizando materiais disponíveis *in loco*, variáveis nos detalhes sobre uma unidade de fundo, engenhosos no plano térmico, geralmente realizáveis com autoconstrução, outras vezes recorrendo a saberes-fazer muito sofisticados, mas artesanais, carregados de significação simbólica, duráveis, essas maneiras de construir contam entre o que a humanidade fez de melhor, e onde ela mais manifestou sua capacidade de adaptar-se ao seu meio sem destruí-lo.

Como as línguas, como as cozinhas, como as vestimentas, as habitações surpreendem sobretudo por sua diversidade, pela eclosão abundante de respostas para os mesmos problemas básicos. Se cada cultura humana constitui já um milagre, é ainda mais milagroso constatar quantas vezes esse milagre se repetiu!

É igualmente milagroso, mas de uma maneira totalmente diferente, ver com que velocidade, e sob os aplausos gerais – ou, ao menos, com indiferença –, esse patrimônio da humanidade foi lançado às urtigas em favor das construções modernas. E se estas apresentam problemas, propõe-se soluções que tornam mais definitivas ainda as novas condições. Os novos bairros são muito distantes dos centros das cidades e dos locais de trabalho? Favoriza-se a aquisição de um automóvel para cada um. Estes obstruem o espaço? Constroem-se rodovias no meio da cidade e estacionamentos por todos os lados. Nas casas novas, faz demasiado frio no inverno e calor excessivo no verão? Instalam-se em todos os lugares os aquecedores elétricos e as climatizações. Eles consomem muita energia? As centrais nucleares irão fornecê-la. Os habitantes dos novos bairros tornam-se tristes, e seus filhos violentos? Cria-se então profissões: assistentes sociais, mediadores culturais, psicólogos, sociólogos. Os habitantes não ligam para essa assistência? O Estado vai duplicar os efetivos de polícia e instalar em todos os lugares câmeras de vigilância. Tudo isso gera empregos, faz girar a economia e contribui para o crescimento...

Isso é culpa do concreto? Estaríamos nós em outro mundo se essas construções não fossem de concreto? Evidentemente, isso não é tão simples. Contudo, não é também por acaso que elas sejam de concreto armado: ele é a carne deste mundo, sua substância, seu material de predileção. Como eu também tentei demonstrar no meu livro, o concreto é uma espécie de “concretização” do capitalismo. Não apenas por seu papel econômico, muito importante, mas também em um nível aparentemente mais abstrato.

O capitalismo está fundado no lucro, que deriva do sobre-valor (ou mais-valia). O sobre-valor não existe senão como parte do “valor” econômico, e este valor é o fruto do trabalho executado para produzir a mercadoria em questão (incluindo seus componentes, as ferramentas e máquinas, etc.). Como Karl Marx demonstrou no início de *O capital*, não é o trabalho particular e concreto que cria o valor de uma mercadoria (que ela seja material ou imaterial, não altera nada), mas o trabalho reduzido ao simples dispêndio de energia humana, medido pelo tempo.

Considerado assim, o trabalho é sempre o mesmo, sem qualidade, e não conhece senão distinções quantitativas. Marx o

chama de “trabalho abstrato”, ou, para dizer melhor, o “lado abstrato do trabalho”: na modernidade capitalista, todo trabalho, independentemente de seu conteúdo, tem ao mesmo tempo um lado concreto (produz-se sempre alguma coisa, seja um objeto, seja um serviço) e um lado abstrato (todo trabalho tem uma duração). É o lado abstrato que corresponde ao valor e, finalmente, ao preço, e determina assim a vida da mercadoria em questão e daqueles que a produzem e compram.

O trabalho abstrato deve, então, se “concretizar” nos objetos. Considerando que o concreto [*béton* em francês] é chamado de *concrete* em inglês, nós podemos propor, com um jogo de palavras que exprime, porém, a verdade, que o “concreto” constitui a materialização perfeita da abstração trabalho. E ele o é ainda mais porque Karl Marx chama a massa de trabalho abstrato, que não conhece diferenças, metaforicamente de uma “geleia” – e qual matéria representa melhor do que o concreto esta geleia sempre igual, capaz de ser moldada em não importa qual forma, indiferente a todo conteúdo? Somente o plástico poderia disputar com ele esse papel.

Acusação tal como essa do concreto suscitará sem dúvida numerosas recusas, mais ou menos indignadas. No entanto, como nós dissemos, ela encontrará mais aprovações do que no passado – inclusive entre arquitetos, engenheiros e urbanistas. O que levanta imediatamente a seguinte questão: qual é a alternativa? Pelo que substituir o concreto? Como construir de maneira diferente? A crítica do urbanismo capitalista, da maneira como ela foi desenvolvida desde os anos 1960 – na França, sobretudo graças à obra de Henri Lefebvre –, por um longo tempo preocupou-se muito pouco com a questão dos materiais utilizados, concentrando a atenção sobre o uso social do espaço.

Hoje em dia, a sensibilidade a respeito do lado material do *habitat* parece muito mais viva. São sobretudo os materiais “ecológicos” que “estão em alta”: recuperação do uso do adobe, emprego de madeira, desenvolvimento do cimento “verde” que emite pouco gás durante sua produção... Essas pesquisas têm seguramente seus méritos. Em particular, a redescoberta de materiais quase abandonados, como os tijolos de terra crua, poderia contribuir para criar construções mais “humanas” (mas não se deve esquecer que as habitações representam apenas uma pequena parte do concreto armado utilizado globalmente, em face das barragens, pontes, estradas, usinas, etc.). Há, contudo, uma questão preliminar a discutir. Ela quase nunca foi evocada e, ainda menos, por razões compreensíveis, pelos próprios arquitetos: deve-se ainda construir?

Caso não se utilize mais o concreto, ou menos do que antes, é preciso ter imediatamente um substituto à disposição? A questão é completamente paralela àquela da energia: desde que a periculosidade da energia nuclear tornou-se inegável, enquanto o petróleo encaminha-se para seu esgotamento e mostra, além disso, sua potência poluente, e que o carvão sofre igualmente de uma reputação suja, não se fala senão de “energias alternativas”. Preenche-se a paisagem com campos eólicos e telhados de painéis solares (cuja gestão, depois do fim de seu ciclo de vida, constitui um enorme problema ecológico). Isso também não agrada certas pessoas? É, entretanto, o preço a pagar se nós pretendemos diminuir a demanda por energia nuclear, sem depender demasiadamente dos fornecedores de petróleo. A energia tem que vir de algum lugar...

Mas por quê? E se nós admitirmos, em vez disso, que grande parte da energia consumida hoje em dia o é sem benefício verdadeiro para a humanidade? Que ela serve para capturar caranguejos na Noruega, enviá-los para o Marrocos para serem limpos, depois reenviá-los para a Noruega a fim de prepará-los para a venda? Para manter o aparato militar? Para aquecer os apartamentos? Para se deslocar 200 quilômetros por dia para efetuar o trajeto local de moradia-local de trabalho? Para criar quantidades absurdas de concreto?

O mais elementar bom senso mostra que nós poderíamos muito bem prescindir das energias poluentes sem substituí-las na mesma escala por outras energias. O problema provém do consumo excessivo de energia, não unicamente das suas fontes. É de se temer que as novas formas de energia não substituam as antigas, mas sejam adicionadas a elas: a sede de energia faz parte da essência mais profunda do capitalismo e só se saciará com o fim dele.

Um raciocínio totalmente análogo vale para as mídias: vozes críticas haviam colocado em evidência, durante décadas, o perigo que a televisão representa para a saúde mental da população e para a democracia, devido a seu poder de manipulação e hipnose. Inúmeros seriam aqueles que, em seguida, saudariam com entusiasmo a criação da Internet, esperando que essa mídia mais “democrática” e mais “participativa” acabaria por substituir a televisão. Hoje em dia todos os estudos mostram que o tempo médio passado diante da televisão não diminuiu e que o tempo consagrado à internet foi simplesmente adicionado a ele, aumentando ainda mais o tempo total passado diante das telas.

No que essas questões assemelham-se àquela do concreto? Assim como nós não temos forçosamente necessidade de energias alternativas e de *mass media* alternativas, mas de menos energia e de menos *mass media*, nós poderíamos talvez viver bem construindo muito menos. Vejamos o caso da França: sua população é estável há muito tempo. Para que construir? Residências secundárias para todos? E, em seguida, a terceira e a quarta? Muita gente está mal alojada? Sem dúvida. Mas quantos apartamentos estão vazios, objetos de especulação e de investimentos? Quanto espaço está ocupado por escritórios cuja desapareição faria somente aumentar a felicidade social? Quantos centros comerciais, hangares, casernas, parques de “diversão” desperdiçam espaços e materiais? Quantas rodovias inúteis enfeiam a paisagem, quantos estacionamentos estão roubando terras agrícolas?

Antes de continuar a construir, é preciso pensar em des-construir, dismantelar. Uma parte do espaço e dos materiais recuperados, onde isso valha a pena, poderá servir para dar moradias mais dignas aos novos “condenados da terra” atualmente confinados em cubículos. O aço recuperado permitiria reconstruir uma verdadeira rede ferroviária. A lista é longa. Utopia? Não mais do que a ideia de que se pode continuar a concretar a terra sem provocar catástrofes. Mas o que será do crescimento, dos empregos, da propriedade privada, da mobilidade erigida em divindade, dos divertimentos concebidos para aqueles que perdem sua vida para ganhá-la? Boa questão.

Nós começamos nos queixando dos excessos do concreto e terminamos criticando a sociedade capitalista e industrial no seu conjunto. O pensamento crítico tem seus inconvenientes.

**\*Anselm Jappe** é professor na Academia de Belas Artes de Sassari, na Itália. Autor, entre outros livros, de *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição* (Elefante).

Tradução: **Pedro Henrique de Mendonça Resende** para o site [Crise & crítica](#).

Publicado originalmente em [Pavillon de L'Arsenal](#).

**O site *A Terra é Redonda* existe graças aos nossos leitores e apoiadores. Ajude-nos a manter esta ideia.**  
**[Clique aqui e veja como](#)**